

IV-076 - O COMITÊ GRAVATAÍ E A CONSTRUÇÃO DE SEU PLANO DE BACIA

Paulo Robinson da Silva Samuel⁽¹⁾

Engenheiro atuando na área de Gestão Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí.

Kely Boscato Pereira

Estudante de graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária na Universidade Luterana do Brasil. Secretária Administrativa do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí.

Endereço⁽¹⁾: Rua Ramiro Barcelos, n 2777, Sala 162 – Anexo I da saúde. Bairro Santa Cecília, Porto Alegre, RS – CEP 90035-040 - Brasil - e-mail: paulo.samuel@ufrgs.br

RESUMO

O Comitê de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí – Comitê Gravatahy foi criado em 1989, sendo o primeiro Comitê do Estado do Rio Grande do Sul a ter seu Plano de Bacia elaborado e aprovado, contendo todas as etapas do planejamento: diagnóstico, cenários futuros e plano de ações. Seus investimentos compreendem ações de controle de poluição da água, através de obras de saneamento em áreas urbanas e rurais da Bacia, apresentando diretrizes para a implementação e a consolidação dos instrumentos legais de gestão dos recursos hídricos.

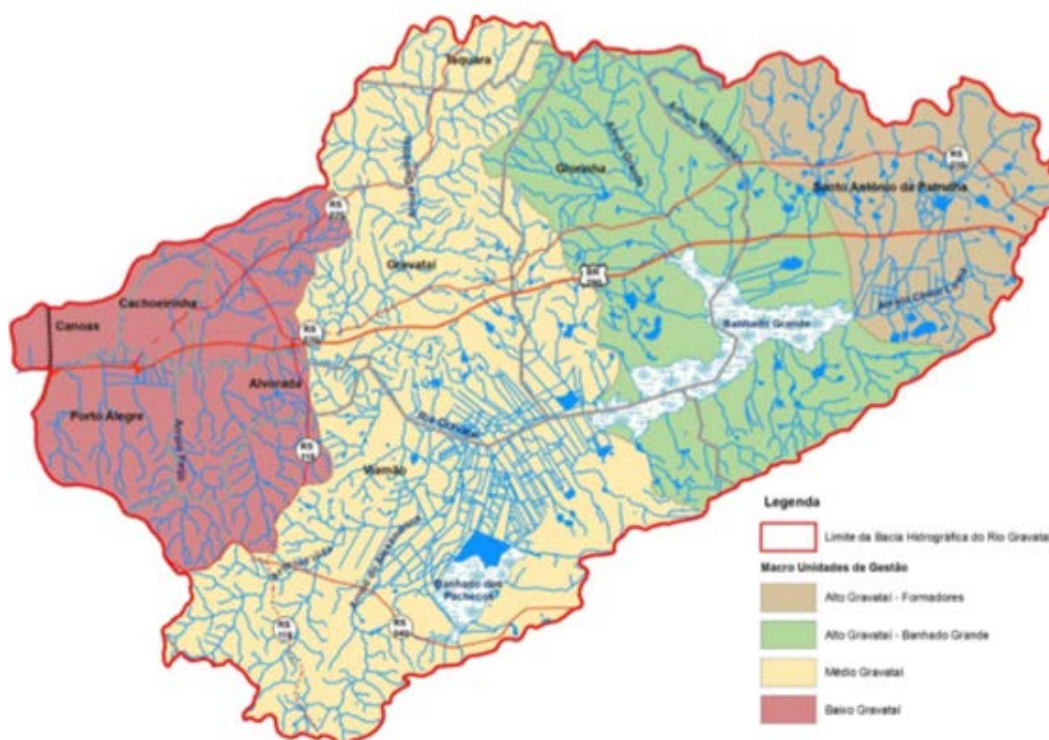
PALAVRAS-CHAVE: Comitê Gravatahy, Plano de Bacia, Gerenciamento de Recursos Hídricos.

INTRODUÇÃO

A Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí (Figura 01) pertence à Região Hidrográfica do Guaíba, sendo composta por nove municípios (Porto Alegre, Alvorada, Viamão, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, Glorinha, Taquara e Santo Antônio da Patrulha), limitando-se ao norte com a Bacia do Rio dos Sinos, a leste e a sul pela Região Hidrográfica das Bacias Litorâneas, e a oeste pela bacia do Lago Guaíba. O rio Gravataí, atualmente possui uma extensão de 100 km, com as suas nascentes no município de Santo Antônio da Patrulha, e a sua foz no lago Guaíba, na região metropolitana de Porto Alegre. Os principais afluentes do rio Gravataí são os arroios Brigadeiro, Barnabé, Demétrio, Pinto, Passo Grande, Miraguaia, Venturosa, Veadinha e Chico Lomã, na sua margem direita e na margem esquerda os arroios Alexandrina, Passo dos Negros, Águas Belas, Feijó, Sarandi e Areia (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Os Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica são órgãos colegiados que realizam a gestão de recursos hídricos, com atribuições de caráter normativo, consultivo e deliberativo (BRASIL, 2011). O Comitê integra o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e tem como função promover a conservação e recuperação dos corpos d'água, garantindo a utilização consciente e sustentável dos recursos hídricos. Suas principais competências são: aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia; arbitrar conflitos pelo uso da água, em primeira instância administrativa; estabelecer mecanismos e sugerir os valores da cobrança pelo uso da água; entre outros.

Figura 1 – Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí



Fonte: Rio Grande do Sul, 2012.

Os Comitês, no Rio Grande do Sul, possuem poder deliberativo, principalmente na aprovação dos planos das respectivas bacias, composto por usuários da água (40 %), representantes da população da bacia (40%) e por representantes dos órgãos da administração direta federal e estadual que desempenham atividades relacionadas a recursos hídricos (20%), excetuadas aquelas que detêm competências relacionadas a outorga de uso e licenciamento ambiental.

No Estado do Rio Grande do Sul existem vinte e cinco Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas instalados. Atualmente, abril de 2015, oito destes comitês de bacias hidrográficas possuem ou estão em fase de enquadramento de seus rios e onze comitês têm planos de bacia ou estão em fase de desenvolvimento, os demais ainda não têm previsão para elaboração deste instrumento.

Os planos de bacia hidrográfica têm por finalidade operacionalizar, no âmbito da bacia, as disposições do Plano Estadual de Recursos Hídricos, compatibilizando os aspectos quantitativos e qualitativos, em busca das metas para a melhoria contínua da qualidade dos mananciais. A vigência do plano é de quatro anos, com atualização a cada dois anos.

O Comitê de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí foi criado em 1989 através do decreto Nº 33.125, de 15/02/1989 e alterado pelo decreto Nº 43.425, de 28/10/04, sendo o segundo Comitê de Bacia do Estado do Rio Grande do Sul (RS), e o primeiro Comitê do Estado do RS a ter seu Plano de Bacia elaborado e aprovado, contendo todas as etapas do planejamento, sendo elas:

- ✓ Fase A: que apresenta o diagnóstico e o prognóstico da situação atual dos recursos hídricos;
- ✓ Fase B: que compatibiliza e articula os múltiplos usos;
- ✓ Fase C: que formula os planos de ações.

Além disso, o Plano apresenta diretrizes para implementação e consolidação dos instrumentos legais de gestão dos recursos hídricos.

OBJETIVOS:

Este trabalho tem por objetivo apresentar os diferentes estágios de um Comitê de Bacia e socializar as informações apresentadas no plano de bacia nas suas diferentes fases.

CONSTRUÇÃO DO PLANO DE BACIA NO RIO GRAVATAÍ

O Sistema Estadual de Recursos Hídricos remete que a necessidade das intervenções a serem realizadas no seu âmbito, ao estabelecer a bacia hidrográfica como unidade básica de planejamento e gestão, ocorra dentro de uma visão abrangente, considerando seus efeitos pontuais, as inserções na bacia e as suas interferências.

A estruturação de um Plano de Bacia Hidrográfica realizou-se através da definição dos elementos constitutivos dos planos de bacia hidrográfica, artigo 27 da Lei nº 10.350/94, estabelecendo um vínculo entre o conjunto das ações previstas em uma determinada bacia e o enquadramento dos cursos de água em classes de uso, nos termos da Resolução CONAMA 357/2005 (Figura 2).

O enquadramento é um instrumento de planejamento, que visa indicar as metas de qualidade das águas a ser alcançadas em uma bacia hidrográfica, em um determinado período, ou em que classe de qualidade de água deverá esta bacia hidrográfica permanecer para atender às necessidades de uso definidas pela sociedade. Conforme a lei nº 9.433/1997, o enquadramento deve ser estabelecido pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou pelos Conselhos Estaduais, mediante proposta apresentada pela Agência de Bacia Hidrográfica e aprovado pelo respectivo Comitê de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica (BRASIL, 2006c).

Ele se da em classes de uso tendo como objetivo a caracterização da situação atual dos cursos de água, diagnosticando, e a definindo as metas de qualidade a serem atingidas. Sendo o enquadramento um processo dinâmico.

Figura 2 – Classes do Enquadramento

ÁGUA DOCE	
TIPOS DE USOS	
Classe Especial	a) Abastecimento para consumo humano com desinfecção; b) Preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas; c) Preservação dos ambientes aquáticos em unidades de conservação e proteção integral
Classe 1	a) Abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado; b) Proteção das comunidades aquáticas; c) Recreação de contato primário (conforme Resolução Conama 274/2000); d) Irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo que sejam ingeridas cruas, sem remoção de película; e) Proteção das comunidades aquáticas em terras indígenas
Classe 2	a) Abastecimento para consumo humano após tratamento convencional; b) Proteção das comunidades aquáticas; c) Recreação de contato primário (conforme Resolução Conama 274/2000); d) Irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer com os quais o público possa vir a ter contato direto; e) Aquicultura e atividade de pesca
Classe 3	a) Abastecimento para consumo humano após tratamento convencional ou avançado; b) Irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras; c) Pesca amadora; d) Recreação de contato secundário; e) Dessedentação de animais
Classe 4	a) Navegação; b) Harmonia paisagística.

Fonte: Os Autores.

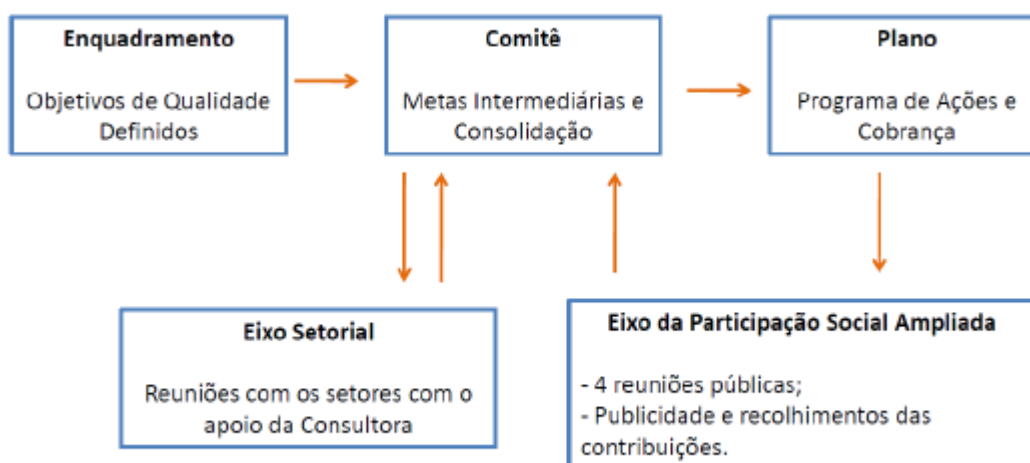
[illegible]

METODOLOGIA

Os estudos para o desenvolvimento do Plano da Bacia foram realizados por empresa de consultoria, contratada pelo Estado do RS, através da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). Todos os trabalhos foram fiscalizados por uma Comissão de Acompanhamento formada pelos seguintes órgãos: Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN, Diretoria de Recursos Hídricos - SEMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - FEPAM e Comitê Gravatahy.

O Plano de Bacia do Rio Gravataí foi realizado no período de dezembro de 2010 a julho de 2012, com reuniões ordinárias mensais onde foram apresentadas a plenária as fases A, B, e C para discussão e aprovação dos estudos de Diagnósticos. Após este processo, foi elaborada uma proposta final de Enquadramento, sendo aprovada na reunião ordinária, do dia 12/07/2012 e submetida à aprovação pelo Conselho de Recursos Hídricos. Na reunião do dia 12 de julho de 2012, foram apresentadas, discutidas e definidas, entre os membros no Comitê, as Metas Intermediárias de Enquadramento, sendo estabelecidos cenários intermediários, com horizontes temporais de 10, 15 e 20 anos, para o alcance do Enquadramento vigente e a Vazão de Referência a ser considerada no Plano da Bacia e no Enquadramento que servirá de referência para o licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí.

Figura 4 – Fluxograma do processo



Fonte: Baseado em Rio Grande do Sul (2012)

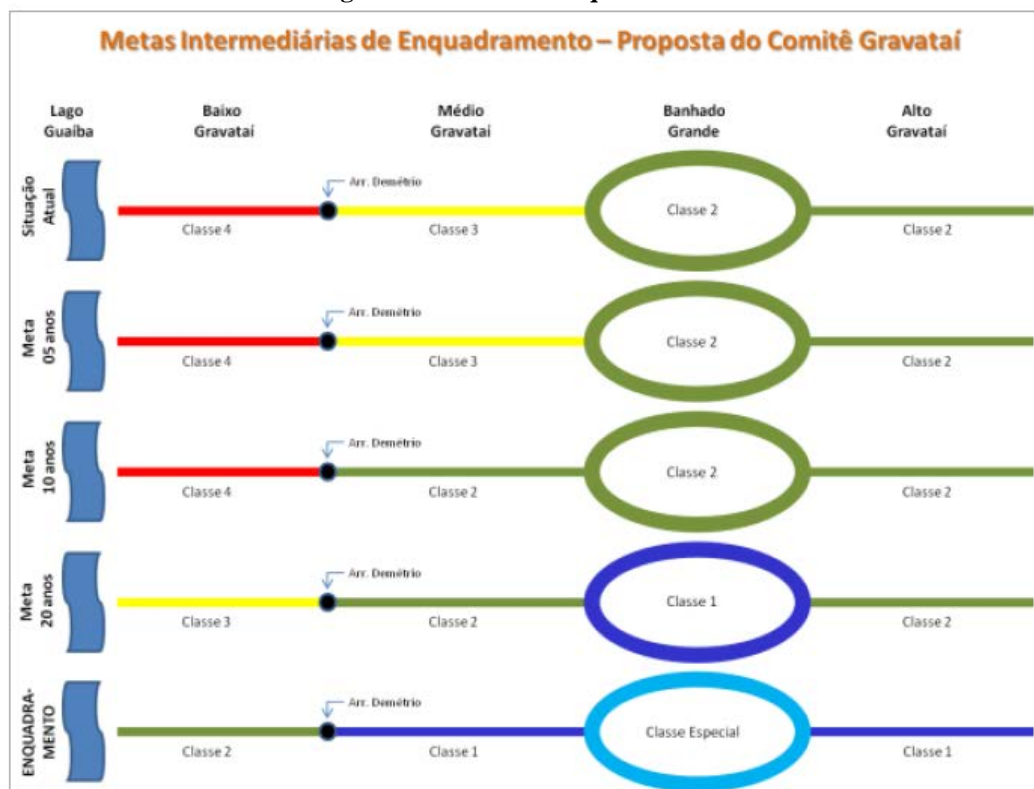
RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Plano de Bacia do rio Gravataí é um importante recurso para o gerenciamento dos recursos hídricos desta bacia, que teve a intensificação de seus usos com o desenvolvimento econômico, tanto em relação ao aumento da quantidade demandada para determinada utilização, como no que se refere à variedade dessas utilizações.

A elaboração de metas intermediárias de Enquadramento, de cenários para o futuro e de um Programa de Ações e Cobrança pelos usos da água na bacia foram os objetivos centrais desse processo de planejamento. A elaboração de metas intermediárias é justificada, conforme Resolução CONAMA nº 357/2005 (BRASIL,2005), frente à ausência das mesmas no Enquadramento já existente.

Como resultado da discussão dos diversos segmentos que compõem o Comitê, obteve-se a aprovação do enquadramento em suas diferentes etapas intermediárias, na elaboração de cenários para o futuro e na elaboração de um Programa de Ações e Cobrança pelos usos da água na bacia. A proposta de metas intermediárias elaborada pelo comitê consistiu em horizontes de tempo de 5, 10 e 20 anos. Ressalta-se que, em todas as reuniões setoriais, o horizonte de tempo sugerido pelo comitê para o alcance das metas intermediárias foi alterado, resultando em horizontes de tempo de 10, 15 e 20 anos (Figura 5).

Figura 5 – Metas de Enquadramento



Fonte: Baseado em Rio Grande do Sul (2012)

Após a definição das etapas A - diagnóstico e o prognóstico da situação atual dos recursos hídricos; B - compatibilização e articulação entre os múltiplos usos e C - formulação os planos de ações, partiu-se para as definições do plano de bacia onde foram definidos os programas, articulando assim, após aprovado em plenária pelos vários atores da bacia.

Considerando que o orçamento global para a implementação do Plano, nos primeiros quatro anos, como proposto no Plano de Bacia, o valor de R\$ 74.800.000,00, que 80% são destinados a ações diretamente ligadas ao saneamento o Comitê a partir dessa demanda, provocou as companhias de saneamento atuantes na região hidrográfica do Rio Gravataí, para investirem maciçamente na bacia. Como resultado tivemos a inauguração do primeiro módulo da ETE Sarandi, no segundo semestre de 2014, bem como um grande investimento no sistema de esgoto do Município de Glorinha e ações juntamente com o Ministério Público envolvendo os Municípios de Cachoeirinha, Gravataí e Canoas, e elaboração de projetos de sistema de esgotos cloacais nos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Canoas e Viamão.

Os objetivos do Plano concentraram-se na elaboração de metas intermediárias de Enquadramento dos cursos d'água da bacia, na elaboração de cenários para o futuro e na elaboração de um Programa de Ações e Cobrança pelos usos da água na bacia. Sendo uma complementação do Plano de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos da bacia.

CONCLUSÕES

Os Comitês de Bacia Hidrográfica são organismos colegiados que fazem parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e existem no Brasil desde 1988. A composição diversificada e democrática dos Comitês contribui para que todos os setores da sociedade com interesse sobre a água na bacia tenham representação e poder de decisão sobre sua gestão, o Plano de Bacia é um instrumento importante para que seja realizado com eficácia o gerenciamento dos recursos hídricos.

Conforme verificado no diagnóstico do Plano de Bacia, a situação da água no rio Gravataí, se mostrou ruim, principalmente no trecho após a grande urbanização situada na bacia. De acordo com as deliberações da plenária os usos das águas, nos primeiros 05(cinco) anos não deverão ter mudanças.

Segundo o cronograma de ações proposto no Plano de Bacia, as ações deliberadas apontarão resultados no período de 10 anos após o início de suas implementações, onde ocorrerão mudanças na qualidade das águas nos trechos do Rio Gravataí entre o Banhado Grande e o Arroio Demétrio.

Desse modo, é possível afirmar que o Plano Gravataí é um instrumento importante de gerenciamento da Bacia Hidrográfica, atendendo todos os seus objetos, resultando numa peça que pode orientar a Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos na bacia, assim como o Desenvolvimento Regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Agência Nacional de Águas, Cadernos em Capacitação em Recursos Hídricos Vol.1. Brasília, 2011.
2. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Departamento de Recursos Hídricos. **Plano da Bacia do Rio Gravataí**. Porto Alegre: SEMA, 2012.
3. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria dos Recursos Hídricos. Plano Nacional de Recursos Hídricos. **Panorama e estado dos recursos hídricos do Brasil**. Brasília, DF, 2006. v. 1.
4. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005**. Dispõe sobre a Classificação dos Corpos de Água e Diretrizes Ambientais para o seu Enquadramento Bem Como Estabelece as Condições e Padrões de Lançamento de Efluentes, e Dá Outras Providências. Brasília, DF, 2005.
5. RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994**. Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Porto alegre, RS, 1994.